

WASHINGTON NOVAES

O futuro do meio ambiente

Parecem muito promissoras as primeiras intenções anunciadas pela futura ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva. Em síntese, tem ela declarado à comunicação que pretende nortear a política ambiental por três eixos:

■ Conseguir que ela permeie todas as ações do governo;

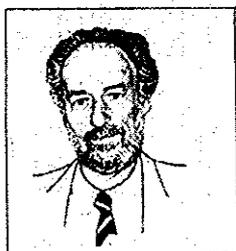
■ seja adequada à nossa condição de país megadiverso;

■ leve à prática o desenvolvimento sustentável.

Além disso, defendeu uma política "cautelosa" para os transgênicos, "que não prejudique a pesquisa", mas atenda ao princípio da precaução e só libere plantios depois de estudos de impacto ambiental e outros que se façam necessários.

Não será nada fácil – e a senadora sabe disso. Conseguir que a política ambiental permeie toda a ação do governo e conduza ao desenvolvimento sustentável implica rediscutir praticamente todas as megapolíticas em curso. E isso exigirá não apenas criar formatos de participação nas discussões setoriais e de superação de resistências previsíveis, como obter uma fatia suficiente do poder decisório.

Na área de transportes, por exemplo, será indispensável questionar o rodoviarismo predominante (e até o hidroviarismo de ocasião, atado à expansão do agribusiness), em detrimento principalmente da malha ferroviária, na prática em sucateamento há quatro décadas. E um dos setores em que isso será mais imprescindível é o dos projetos do pro-



Não será nada fácil levar a efeito as políticas anunciadas pela ministra Marina Silva

grama Avança Brasil, que pretendem abrir frentes de expansão da fronteira agropecuária no Vale do Araguaia e na Amazônia – claramente contraindicados por muitos estudos, que apontam a inadequação da quase totalidade dos solos amazônicos teoricamente disponíveis para as culturas de

grãos e a pecuária, além de, nas duas áreas, haver alternativas social e ambientalmente mais adequadas.

Uma das tarefas mais espinhosas com certeza será abrir uma discussão sobre os custos da agropecuária, especialmente na fronteira nova – erosão do solo (1 bilhão de toneladas/ano, segundo documentos oficiais), efluentes de criações, degradação de bacias hidrográficas, custos do deslocamento populacional (40 milhões de pessoas em 40 anos), que contribui para a expansão caótica das áreas urbanas, sobreuso e desperdício de água na irrigação (cálculos do professor Aldo Rebouças indicam que uma redução de apenas 10% nesse uso seria suficiente para abastecer o triplo da atual população urbana brasileira). Sem essa discussão não será possível também reenforçar a questão dos custos ambientais e sociais embutidos nas exportações brasileiras de commodities e que beneficiam os países importadores. Como não será possível rediscutir toda a divisão profundamente injusta dos mecanismos de formação de preços, dos custos e benefícios em todo o comércio internacional.

Nesse ponto já se entra também na área dos Ministérios das Relações Exteriores

e do Desenvolvimento e seus programas de trabalho. No primeiro, não haverá como fugir a questões delicadas, tais como a resistência a uma convenção internacional de proteção de florestas (por receio de restrição da soberania absoluta no uso de recursos naturais) ou à ampliação de restrições à extração de madeira (caso do mogno). Ou ainda a muitas tomadas de posição (da área diplomática, não da científica) no âmbito da convenção sobre mudanças climáticas (por temor à discussão sobre desmatamento na Amazônia, queimadas, mudanças no uso da terra e contribuição para emissões de gases).

A questão de prioridades, custos ambientais e sociais terá de permear igualmente a área de energia – tanto para uso interno como na exportação de eletrointensivos. No primeiro caso, para que se confira a prioridade indispensável aos programas de conservação de energia, que custam muitas vezes menos que a ampliação da oferta e são perfeitamente viáveis, como demonstrou a queda de quase 30% no consumo durante o racionamento, sem grandes prejuízos visíveis; e há muitos outros caminhos para a conservação. No segundo, para que se ponham em discussão com os países importadores os custos energéticos, ambientais e sociais embutidos na implantação de novas hidrelétricas, principalmente nas regiões amazônica e do Centro-Oeste, voltadas essencialmente para essa produção exportável.

Será fundamental rediscutir a reforma agrária na Amazônia e sua contribuição para o desmatamento (mais de 50%), como demonstrou relatório da comissão liderada pelo deputado Gilney Viana, que participa do atual grupo de transição do poder:

Não há como não rever as

políticas e os sistemas de financiamento do saneamento, para que se viabilizem projetos de conservação de água nas redes públicas de distribuição, onde o desperdício médio está acima de 40% – e não apenas a construção de novas e dispendiosas captações. Da mesma forma, rever a parafernália legal (até portarias do Banco Central) que impedem o financiamento público de sistemas de coleta, disposição ou tratamento de resíduos sólidos, quando se sabe que hoje quase metade do lixo coletado vai para lixões a céu aberto e que o reaproveitamento de resíduos é insignificante – e quando nessa área estão algumas das melhores (e mais baratas) oportunidades de geração de postos de trabalho para populações de baixa renda.

Aliás, a chamada Agenda Marrom, que engloba principalmente os problemas ambientais urbanos, terá de merecer atenção especial (já que aí se concentram mais de 80% da população, que cresce à razão de 6 mil pessoas por dia): inundações, transportes, ocupação de áreas de preservação e risco, etc.

Não seria possível, no espaço deste artigo, tratar de todas as questões abrangidas por uma política ambiental ou aquelas outras de que tratou a futura ministra em seus primeiros pronunciamentos – a dos transgênicos ou a das políticas amazônicas, por exemplo. Da mesma forma, ângulos decisivos como os da contabilidade ambiental, do orçamento público para a área ambiental ou a estratégia brasileira diante de questões planetárias como a insustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo no mundo, renda e pobreza. Ficam para o próximo artigo.